Acórdão do Tribunal Geral de 21 de abril de 2021 — Pech / Conselho(Processo T-252/19) ⁽¹⁾

[«Acesso aos documentos — Regulamento (CE) n.º 1049/2001 — Artigo 4.º, n.º 2, segundo travessão, do Regulamento n.º 1049/2001 — Proteção dos pareceres jurídicos — Artigo 4.º, n.º 3, primeiro parágrafo, do Regulamento n.º 1049/2001 — Proteção do processo decisório — Recusa em conceder acesso integral a um parecer jurídico do Serviço Jurídico do Conselho»]

(2021/C 242/28)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: Laurent Pech (Londres, Reino Unido) (representantes: O. Brouwer e T. McGrath, advogados)

Recorrido: Conselho da União Europeia (representantes: K. Pavlaki e E. Rebasti, agentes)

Interveniente em apoio do recorrente: Reino da Suécia (representantes: O. Simonsson, C. Meyer-Seitz, A. Runeskjöld, J. Lundberg, M. Salborn Hodgson, H. Shev, H. Eklinder e R. Shahsavan Eriksson, agentes)

Objeto

Pedido baseado no artigo 263.º TFUE e que tem por objeto a anulação da Decisão do Conselho, de 12 de fevereiro de 2019, que recusa o acesso integral ao parecer jurídico do seu Serviço Jurídico, constante do documento ST 13593 2018 INIT, relativo à proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de maio de 2018, sobre a proteção do orçamento da União Europeia em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros [COM(2018) 324 final].

Dispositivo

- 1) É anulada a Decisão do Conselho da União Europeia, de 12 de fevereiro de 2019, que recusa o acesso integral ao documento ST 13593 2018 INIT, o qual contém o parecer jurídico do Serviço Jurídico do Conselho relativo à proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros [COM(2018) 324 final].
- 2) O Conselho suportará as suas próprias despesas e as despesas efetuadas por L. Pech.
- 3) O Reino da Suécia suportará as suas próprias despesas.

⁽¹⁾ JO C 213, de 24.6.2019.

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021 — Al-Tarazi/Conselho(Processo T-260/19) ⁽¹⁾

(«Política externa e de segurança comum — Medidas restritivas tomadas contra a Síria — Congelamento de fundos — Dever de fundamentação — Erro de apreciação — Direitos de defesa — Direito de propriedade — Direito a exercer uma atividade económica — Direito ao respeito da vida privada e familiar — Proporcionalidade»)

(2021/C 242/29)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: Mazen Al-Tarazi (Shuwaikh, Kuwait) (representantes: G. Beck, A. Khan, R. Wilcox, barristers, e S. Patel, solicitor)

Recorrido: Conselho da União Europeia (representantes: S. Kyriakopoulou e V. Piessevaux, agentes)